

000007

# PROCESSO LICITATÓRIO

**MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE**

**ARTIGO/INCISO: 25º, INCISO I**

**ARGUMENTO: SERVIÇO EXCLUSIVO**

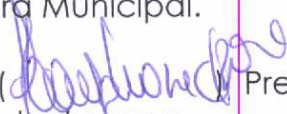
**NÚMERO: 007/2014**

**EMIÇÃO: 24/01/2014**

**ABERTURA: /2014**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS DE OPERADORA DE TELEFONIA FIXA E ACESSO DE INTEGRAÇÃO DE DADOS E VOZ INTERLAN ENTRE OS PRÉDIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL**

No dia vinte e quatro do mês de janeiro de 2014 foi protocolada e autuada sob o nº 007/2014 o presente processo para Inexigibilidade de Licitação que será regida pela lei 8.666/93, e suas alterações, tendo por objetivo a Aquisição dos serviços de operadora de telefonia fixa e acesso de integração de dados e voz Interlan entre os prédios da Prefeitura Municipal.

Eu, Haydiane Cristina Bora (  ) Presidente da Comissão de Licitação fiz constar este termo, o qual subscrevo.



**MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO**

**Estado do Paraná**

CNPJ 01.619.323/0001-20

Av. Remis João Loss, nº 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000

Fone/Fax: (042) 3459-1109

e-mail: contabilidade@fernandespinheiro.pr.gov.br

000002

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2014**

**De: Secretaria Municipal de Finanças – Departamento de Contabilidade**

**Para: Departamento de Compras e Licitações**

**Objeto: Aquisição dos serviços de operadora de telefonia fixa e acesso de integração de dados e voz Interlan entre os prédios da Prefeitura Municipal**

**Valor Máximo Estimado: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)**

Atendendo à solicitação supra, informamos que existe recurso financeiro para pagamento em 2014, e que existe Dotação Orçamentária, sob a seguinte Rubrica para os seguintes departamentos e/ou secretarias:

04 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

001 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0201.2006MANTER A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

00280 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 SEC. MUN. EDUCAÇÃO CULTURA TUR E ESPORTES

001 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO EDUCAÇÃO

12.361.0601.2012MANTER O DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE EDUCAÇÃO

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

00510 00000 Recursos Ordinários (Livres)

00520 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

06 SEC. MUN. EDUCAÇÃO CULTURA TUR E ESPORTES

002 DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0601.2016MANTER E DESENVOLVER O ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

00810 00000 Recursos Ordinários (Livres)

00820 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

00830 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

00840 00107 Salário-Educação

06 SEC. MUN. EDUCAÇÃO CULTURA TUR E ESPORTES

003 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

12.365.0601.2018MANTER A EDUCAÇÃO INFANTIL



**MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO****Estado do Paraná**

CNPJ 01.619.323/0001-20

Av. Remis João Loss, nº 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000

Fone/Fax: (042) 3459-1109

e-mail: [contabilidade@fernandespinheiro.pr.gov.br](mailto:contabilidade@fernandespinheiro.pr.gov.br)

000003

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

01150 00000 Recursos Ordinários (Livres)

01160 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

01170 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

06 SEC. MUN. EDUCAÇÃO CULTURA TUR E ESPORTES

004 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

12.367.0601.2021 MANTER A EDUCAÇÃO ESPECIAL

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

01320 00000 Recursos Ordinários (Livres)

01330 00103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001 FDO MUN. SAÚDE -DEPTO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0701.2027 GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

01690 00000 Recursos Ordinários (Livres)

01700 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

01710 00332 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais

01720 00333 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais

01730 00495 Atenção Básica

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001 FDO MUN. SAÚDE -DEPTO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.303.0701.2030 MANTER CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

01900 00303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

08 SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL

001 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO BEM ESTAR SOCIAL

08.244.0801.2036 MANTER O DEPARTAMENTO DO BEM ESTAR SOCIAL

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

02240 00000 Recursos Ordinários (Livres)

08 SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL

001 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO BEM ESTAR SOCIAL

08.243.0802.6034 MANTER O CONSELHO TUTELAR NO MUNICÍPIO

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

02160 00000 Recursos Ordinários (Livres)

08 SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL

002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0801.2044 AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

02450 00000 Recursos Ordinários (Livres)

02460 00736 Transferências Voluntárias Públicas Federais



**MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO**

**Estado do Paraná**

000004

CNPJ 01.619.323/0001-20

Av. Remis João Loss, nº 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000

Fone/Fax: (042) 3459-1109

e-mail: [contabilidade@fernandespinheiro.pr.gov.br](mailto:contabilidade@fernandespinheiro.pr.gov.br)

02470 00754 Transferências Voluntárias Públicas Federais

02480 00756 Transferências Voluntárias Públicas Federais

09 SEC. DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

001 DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

15.451.0901.2048 MANTER O DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

02650 00000 Recursos Ordinários (Livres)

02660 00510 Taxas - Exercício Poder de Polícia

02670 00511 Taxas - Prestação de Serviços

10 SECRETARIA DE AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE

001 DEPARTAMENTO AGROPECUARIO

20.601.1001.2054 MANTER O DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

03040 00000 Recursos Ordinários (Livres)

10 SECRETARIA DE AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE

002 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

18.541.1002.2055 MANTER O DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

03110 00000 Recursos Ordinários (Livres)

Fernandes Pinheiro, 24 de janeiro de 2014.

Juarez Miguel da Silva  
Contador



**MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO****Estado do Paraná**

CNPJ 01.619.323/0001-20

Av. Remis João Loss, nº 600 Centro

Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000

Fone/Fax: (042) 3459-1109

e-mail: juridico@fernandespinheiro.pr.gov.br

000005

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO – PARANÁ****PARECER JURÍDICO**

A apreciação desta Procuradoria Jurídica, processo de inexigibilidade de licitação nº 007/2014, versando a contratação dos serviços de operadora de telefonia fixa, com operadora de concessão regional denominada Oi S/A, no valor estimado de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), pelo período de 12 meses.

Importante esclarecer que a regra geral é a utilização de licitação para toda contratação do Poder Público, contudo, em certas situações inexistente a competição entre proponentes para a satisfação do interesse público, devido a características existentes no caso em concreto.

No caso em tela, a contratação da referida empresa possui natureza singular, especialmente pelo fato de que é a única operadora de telefonia fixa existente no Município de Fernandes Pinheiro.

Quando o interesse público puder ser satisfeito por uma prestação padrão, desvestida de alguma peculiaridade, a competição será possível e haverá licitação. Todavia, o pretense objeto assume contornos detidamente singulares de tal sorte a autorizar a hipótese de inexigibilidade de licitação.

Assim, o art. 25, I, da Lei nº 8.666/93 não exige a realização de procedimento licitatório quando houver inviabilidade de competição para realização de determinadas contratações.

Neste sentido:

**“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:**

**I – para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do**



**MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO**

**Estado do Paraná**

CNPJ 01.619.323/0001-20

Av. Remis João Loss, nº 600 Centro

Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000

Fone/Fax: (042) 3459-1109

e-mail: [juridico@fernandespinheiro.pr.gov.br](mailto:juridico@fernandespinheiro.pr.gov.br)

000006

**comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;"**

Logo, da acurada análise do objeto em tela, infere-se que a referida contratação amolda-se perfeitamente a hipótese de inexigibilidade de licitação conforme previsão no Estatuto de Licitações.

Para o renomado jurista Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos,

11º Ed., São Paulo: Dialética, 2005, pág. 275) "objeto singular é aquele que poderia ser qualificado como infungível, para valer-se de categoria da Teoria Geral do Direito. São infungíveis os objetos que não podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade. Um objeto singular se caracteriza quando é relevante para a Administração Pública a identidade específica do objeto, sendo impossível sua substituição por "equivalentes"."

Deste modo, a singularidade do objeto nada mais reflete senão a singularidade do próprio interesse público a ser atendido. Ou seja, um certo objeto não pode ser substituído por outro para fins de contratação administrativa por ele ser o único modo adequado a atender o interesse público.

ISTO POSTO, afere-se que a hipótese em comento amolda-se perfeitamente a disposição do art. 25, inc. I da Lei nº 8.666/93, tratando-se, portando, de caso de inexigibilidade de licitação.

É o Parecer.

Fernandes Pinheiro-PR, 24 de janeiro de 2014.

  
Arnaldo Krubniki Neto

Assessor Jurídico

OAB nº 56.605/PR



**MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO**

**Estado do Paraná**

CNPJ 01.619.323/0001-20

Av. Remis João Loss, nº 600 Centro

Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000

Fone/Fax: (042) 3459-1109

e-mail: prefeitura@fernandespinheiro.pr.gov.br

000007

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO**

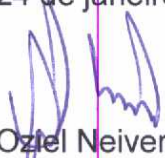
**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 023/2014**

**Objeto: Aquisição dos serviços de operadora de telefonia fixa e acesso de integração de dados e voz Interlan entre os prédios da Prefeitura Municipal**

Analizando os pareceres a mim encaminhados pelos Departamentos competentes, autorizo a abertura de Processo, consoante previsão do Artigo 38 da Lei 8.666/93, desde que cumpridas as formalidades legais.

Fernandes Pinheiro, 24 de janeiro de 2014.

  
Oziel Neiverth  
Prefeito Municipal



000008

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 76535764/0001-43**Razão Social:** OI S A**Nome Fantasia:** OI**Endereço:** R GENERAL POLIDORO 99 ANDAR 5 PARTE / BOTAFOGO / RIO DE JANEIRO / RJ / 22280-004

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 09/01/2014 a 07/02/2014**Certificação Número:** 2014010915344693052700

Informação obtida em 23/01/2014, às 14:39:40.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



000009



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**  
**E ÀS DE TERCEIROS**

Nº 000232013-17500764

Nome: OI S.A.

CNPJ: 76.535.764/0001-43

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apurados, é certificado que constam em seu nome, nesta data, débitos com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em Dívida Ativa da União (DAU), não abrangendo os demais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada, cisão total ou parcial, fusão, incorporação, ou transformação de entidade ou de sociedade empresária ou simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de Janeiro de 2010.

Emitida em 31/07/2013

Válida até 27/01/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observação: Certidão emitida com base na Lei nº 11941/2009.

000010



000011



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

**CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA**  
**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: OI S.A.**  
**CNPJ: 76.535.764/0001-43**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos por penhora em processos de execução fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.  
 Emitida às 14:25:34 do dia 13/09/2013 <hora e data de Brasília>.  
 Válida até 12/03/2014.

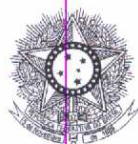
Código de controle da certidão: **3CE8.FF8B.3C39.2461**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Observações RFB:**

Contribuinte possui arrolamento de bens, conforme Lei nº 9532/1997.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS  
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: OI S.A. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 76.535.764/0001-43

Certidão nº: 40856570/2014

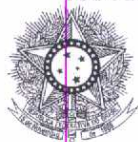
Expedição: 09/01/2014, às 15:06:14

Validade: 07/07/2014 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

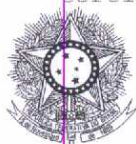
Certifica-se que OI S.A. (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0176800-14.1991.5.01.0043	-	TRT 01ª	Região *
0017600-60.2004.5.01.0060	-	TRT 01ª	Região *
0035400-47.1997.5.04.0001	-	TRT 04ª	Região *
0042700-84.2002.5.04.0001	-	TRT 04ª	Região *
0083800-19.2002.5.04.0001	-	TRT 04ª	Região *
0103900-58.2003.5.04.0001	-	TRT 04ª	Região *
0102800-97.2005.5.04.0001	-	TRT 04ª	Região *
0105800-71.2006.5.04.0001	-	TRT 04ª	Região *
0057800-76.2002.5.04.0002	-	TRT 04ª	Região *
0050400-40.2004.5.04.0002	-	TRT 04ª	Região **
0126200-06.2006.5.04.0002	-	TRT 04ª	Região *
0134900-07.2002.5.04.0003	-	TRT 04ª	Região *
0084200-51.2007.5.04.0003	-	TRT 04ª	Região *
0143700-14.2008.5.04.0003	-	TRT 04ª	Região *
0095400-28.2002.5.04.0004	-	TRT 04ª	Região *
0061400-65.2003.5.04.0004	-	TRT 04ª	Região *
0113800-56.2003.5.04.0004	-	TRT 04ª	Região *
0043700-71.2006.5.04.0004	-	TRT 04ª	Região *
0033400-79.2008.5.04.0004	-	TRT 04ª	Região *
0003500-87.2004.5.04.0005	-	TRT 04ª	Região *
0054000-28.2002.5.04.0006	-	TRT 04ª	Região *
0058800-65.2003.5.04.0006	-	TRT 04ª	Região *
0074700-88.2003.5.04.0006	-	TRT 04ª	Região *
0096300-97.2005.5.04.0006	-	TRT 04ª	Região *
0126300-12.2007.5.04.0006	-	TRT 04ª	Região *
0000323-05.2010.5.04.0006	-	TRT 04ª	Região *



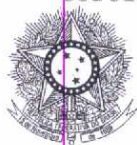
PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0099300-20.1996.5.04.0007 - TRT 04ª Região \*  
0088700-90.2003.5.04.0007 - TRT 04ª Região \*  
0129300-56.2003.5.04.0007 - TRT 04ª Região \*  
0085300-65.2003.5.04.0008 - TRT 04ª Região \*  
0120900-81.2002.5.04.0009 - TRT 04ª Região \*  
0102500-14.2005.5.04.0009 - TRT 04ª Região \*  
0141300-43.2007.5.04.0009 - TRT 04ª Região \*  
0057600-11.2003.5.04.0010 - TRT 04ª Região \*  
0113000-68.2007.5.04.0010 - TRT 04ª Região \*  
0023400-77.2000.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*  
0054100-02.2001.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*  
0098600-22.2002.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*  
0007400-94.2003.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*  
0008600-05.2004.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*  
0067800-40.2004.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*  
0012900-05.2007.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*  
0114000-03.2007.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*  
0012700-61.2008.5.04.0011 - TRT 04ª Região \*  
0024200-34.2002.5.04.0012 - TRT 04ª Região \*  
0058400-67.2002.5.04.0012 - TRT 04ª Região \*  
0136400-81.2002.5.04.0012 - TRT 04ª Região \*  
0004700-45.2003.5.04.0012 - TRT 04ª Região \*  
0076600-88.2003.5.04.0012 - TRT 04ª Região \*  
0008300-40.2004.5.04.0012 - TRT 04ª Região \*  
0081500-12.2006.5.04.0012 - TRT 04ª Região \*  
0059700-61.2002.5.04.0013 - TRT 04ª Região \*  
0040100-78.2007.5.04.0013 - TRT 04ª Região \*  
0134000-88.2002.5.04.0014 - TRT 04ª Região \*  
0088600-17.2003.5.04.0014 - TRT 04ª Região \*  
0021300-04.2004.5.04.0014 - TRT 04ª Região \*  
0103700-87.1995.5.04.0015 - TRT 04ª Região \*  
0131600-40.1998.5.04.0015 - TRT 04ª Região \*  
0070500-98.2009.5.04.0015 - TRT 04ª Região \*  
0107200-41.2007.5.04.0016 - TRT 04ª Região \*  
0094400-44.2008.5.04.0016 - TRT 04ª Região \*  
0110000-39.2007.5.04.0017 - TRT 04ª Região \*  
0064800-86.1996.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0135500-48.2000.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0103300-51.2001.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0115700-97.2001.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0106000-63.2002.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0004500-17.2003.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*

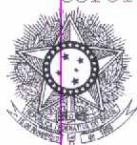
PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0102000-83.2003.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0020000-89.2004.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0095900-44.2005.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0042300-74.2006.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0061800-29.2006.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0080900-67.2006.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0099300-32.2006.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0074300-93.2007.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0081500-54.2007.5.04.0019 - TRT 04ª Região \*  
0052400-27.2002.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0110900-86.2002.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0120800-93.2002.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0061900-83.2003.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0094900-06.2005.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0129500-19.2006.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*  
0033800-23.2000.5.04.0021 - TRT 04ª Região \*  
0133900-12.2002.5.04.0022 - TRT 04ª Região \*  
0073700-05.2003.5.04.0022 - TRT 04ª Região \*  
0077700-09.2007.5.04.0022 - TRT 04ª Região \*  
0047600-07.2003.5.04.0024 - TRT 04ª Região \*  
0082400-61.2003.5.04.0024 - TRT 04ª Região \*  
0028900-12.2005.5.04.0024 - TRT 04ª Região \*  
0107500-13.2006.5.04.0024 - TRT 04ª Região \*  
0026100-13.2002.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*  
0109600-74.2002.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*  
0087600-46.2003.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*\*  
0029600-19.2004.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*  
0084000-80.2004.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*  
0045100-52.2009.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*  
0115900-08.2009.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*  
0001247-56.2010.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*  
0110900-94.2004.5.04.0027 - TRT 04ª Região \*  
0084600-97.2001.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0111000-51.2001.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0099400-96.2002.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0120600-62.2002.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0129000-65.2002.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0133800-39.2002.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0134200-53.2002.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0013000-11.2004.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0117600-49.2005.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0123500-76.2006.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*



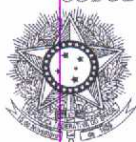
PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0059800-92.2007.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0138600-37.2007.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0023100-49.2009.5.04.0028 - TRT 04ª Região \*  
0035200-53.1997.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*  
0042800-13.2006.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*  
0042500-80.2008.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*  
0040000-07.2009.5.04.0029 - TRT 04ª Região \*  
0097400-20.2002.5.04.0030 - TRT 04ª Região \*  
0153200-28.2005.5.04.0030 - TRT 04ª Região \*  
0177000-85.2005.5.04.0030 - TRT 04ª Região \*  
0182100-21.2005.5.04.0030 - TRT 04ª Região \*  
0207300-30.2005.5.04.0030 - TRT 04ª Região \*  
0233500-74.2005.5.04.0030 - TRT 04ª Região \*  
0242600-53.2005.5.04.0030 - TRT 04ª Região \*  
0117301-47.2005.5.04.0101 - TRT 04ª Região \*  
0083300-02.2006.5.04.0101 - TRT 04ª Região \*  
0079200-67.2007.5.04.0101 - TRT 04ª Região \*  
0006200-65.2006.5.04.0102 - TRT 04ª Região \*  
0020000-29.2007.5.04.0102 - TRT 04ª Região \*  
0167800-73.1998.5.04.0103 - TRT 04ª Região \*  
0013300-10.2002.5.04.0103 - TRT 04ª Região \*  
0048600-33.2002.5.04.0103 - TRT 04ª Região \*  
0005600-12.2004.5.04.0103 - TRT 04ª Região \*  
0164900-05.2007.5.04.0103 - TRT 04ª Região \*  
0134500-71.2008.5.04.0103 - TRT 04ª Região \*  
0000900-19.2006.5.04.0104 - TRT 04ª Região \*  
0131200-35.2007.5.04.0104 - TRT 04ª Região \*  
0083700-36.2008.5.04.0104 - TRT 04ª Região \*  
0088100-15.2003.5.04.0122 - TRT 04ª Região \*  
0089900-78.2003.5.04.0122 - TRT 04ª Região \*  
0036600-36.2005.5.04.0122 - TRT 04ª Região \*  
0120700-24.2001.5.04.0231 - TRT 04ª Região \*  
0132700-77.1994.5.04.0271 - TRT 04ª Região \*  
0164400-37.1995.5.04.0271 - TRT 04ª Região \*  
0000321-16.2011.5.04.0292 - TRT 04ª Região \*  
0002700-73.2006.5.04.0301 - TRT 04ª Região \*  
0013600-81.2007.5.04.0301 - TRT 04ª Região \*  
0022000-84.2007.5.04.0301 - TRT 04ª Região \*  
0046500-59.2003.5.04.0301 - TRT 04ª Região \*  
0078100-93.2006.5.04.0301 - TRT 04ª Região \*  
0084200-98.2005.5.04.0301 - TRT 04ª Região \*  
0126300-34.2006.5.04.0301 - TRT 04ª Região \*

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0023800-47.2007.5.04.0302 - TRT 04ª Região \*  
0088300-25.2007.5.04.0302 - TRT 04ª Região \*  
0125400-14.2007.5.04.0302 - TRT 04ª Região \*  
0044100-66.2003.5.04.0303 - TRT 04ª Região \*  
0000979-04.2011.5.04.0304 - TRT 04ª Região \*  
0101900-44.2006.5.04.0304 - TRT 04ª Região \*  
0104400-49.2007.5.04.0304 - TRT 04ª Região \*\*  
0132900-28.2007.5.04.0304 - TRT 04ª Região \*  
0062600-14.2002.5.04.0305 - TRT 04ª Região \*  
0065600-22.2002.5.04.0305 - TRT 04ª Região \*  
0106500-71.2007.5.04.0305 - TRT 04ª Região \*  
0010000-40.2006.5.04.0381 - TRT 04ª Região \*  
0025900-78.1997.5.04.0381 - TRT 04ª Região \*  
0023500-21.2003.5.04.0401 - TRT 04ª Região \*  
0000302-89.2010.5.04.0471 - TRT 04ª Região \*  
0011300-45.2000.5.04.0511 - TRT 04ª Região \*  
0035200-52.2003.5.04.0511 - TRT 04ª Região \*  
0045000-31.2008.5.04.0511 - TRT 04ª Região \*  
0197200-57.2007.5.04.0511 - TRT 04ª Região \*  
0197400-64.2007.5.04.0511 - TRT 04ª Região \*  
0197500-19.2007.5.04.0511 - TRT 04ª Região \*  
0018100-08.2008.5.04.0512 - TRT 04ª Região \*  
0039000-12.2008.5.04.0512 - TRT 04ª Região \*  
0197300-09.2007.5.04.0512 - TRT 04ª Região \*  
0000194-38.2011.5.04.0661 - TRT 04ª Região \*  
0022800-31.2009.5.04.0661 - TRT 04ª Região \*  
0110000-57.2001.5.04.0661 - TRT 04ª Região \*  
0032900-47.2006.5.04.0662 - TRT 04ª Região \*  
0164000-57.2008.5.04.0662 - TRT 04ª Região \*  
0053100-94.2002.5.04.0701 - TRT 04ª Região \*  
0072600-46.2002.5.04.0702 - TRT 04ª Região \*  
0076300-69.2004.5.04.0731 - TRT 04ª Região \*  
0000436-12.2010.5.04.0732 - TRT 04ª Região \*  
0017600-58.2008.5.04.0732 - TRT 04ª Região \*  
0037600-26.2001.5.04.0732 - TRT 04ª Região \*  
0097000-97.2003.5.04.0732 - TRT 04ª Região \*  
0110300-63.2002.5.04.0732 - TRT 04ª Região \*  
0049700-15.2003.5.04.0741 - TRT 04ª Região \*  
0127700-53.2008.5.04.0741 - TRT 04ª Região \*  
0012800-51.2002.5.04.0811 - TRT 04ª Região \*  
0018900-14.2005.5.04.0812 - TRT 04ª Região \*  
0098900-30.2007.5.04.0812 - TRT 04ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0100600-41.2007.5.04.0812 - TRT 04ª Região \*

0156700-84.2005.5.04.0812 - TRT 04ª Região \*

1394200-51.2008.5.09.0001 - TRT 09ª Região \*

3121000-41.1997.5.09.0002 - TRT 09ª Região \*

2322600-91.2001.5.09.0002 - TRT 09ª Região \*

0984600-78.2002.5.09.0002 - TRT 09ª Região \*

0528100-86.2004.5.09.0002 - TRT 09ª Região \*

2313100-20.2009.5.09.0002 - TRT 09ª Região \*

0707900-76.2001.5.09.0003 - TRT 09ª Região \*

0933800-43.2002.5.09.0003 - TRT 09ª Região \*

0951000-63.2002.5.09.0003 - TRT 09ª Região \*

1379700-81.2002.5.09.0003 - TRT 09ª Região \*

0725200-80.2003.5.09.0003 - TRT 09ª Região \*

2034100-59.2003.5.09.0003 - TRT 09ª Região \*

2118000-39.2000.5.09.0004 - TRT 09ª Região \*

1993400-72.2002.5.09.0004 - TRT 09ª Região \*

2419000-95.2000.5.09.0005 - TRT 09ª Região \*

0941000-32.2001.5.09.0005 - TRT 09ª Região \*

2271100-74.2001.5.09.0005 - TRT 09ª Região \*

1282500-68.2002.5.09.0005 - TRT 09ª Região \*

1979400-64.2002.5.09.0005 - TRT 09ª Região \*

1522700-65.2004.5.09.0005 - TRT 09ª Região \*\*

3264000-07.2008.5.09.0005 - TRT 09ª Região \*

0877800-70.2009.5.09.0005 - TRT 09ª Região \*

2978700-78.1996.5.09.0006 - TRT 09ª Região \*

2764800-70.2000.5.09.0006 - TRT 09ª Região \*

0120900-86.2001.5.09.0006 - TRT 09ª Região \*\*

0886700-20.2001.5.09.0006 - TRT 09ª Região \*

0641100-23.2002.5.09.0006 - TRT 09ª Região \*

1974300-28.2002.5.09.0006 - TRT 09ª Região \*

2609500-49.1999.5.09.0007 - TRT 09ª Região \*

2540600-77.2000.5.09.0007 - TRT 09ª Região \*

2546500-41.2000.5.09.0007 - TRT 09ª Região \*

0113700-25.2001.5.09.0007 - TRT 09ª Região \*

1132200-25.2001.5.09.0007 - TRT 09ª Região \*

1348100-93.2003.5.09.0007 - TRT 09ª Região \*

1385200-82.2003.5.09.0007 - TRT 09ª Região \*

0279600-52.2004.5.09.0008 - TRT 09ª Região \*

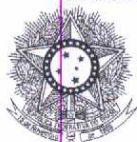
0750900-04.2007.5.09.0008 - TRT 09ª Região \*\*

0264600-36.2009.5.09.0008 - TRT 09ª Região \*

0195200-73.2002.5.09.0009 - TRT 09ª Região \*

0001501-39.2010.5.09.0009 - TRT 09ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0738100-42.2001.5.09.0011 - TRT 09ª Região \*

5596200-78.2004.5.09.0011 - TRT 09ª Região \*

2000700-88.2007.5.09.0011 - TRT 09ª Região \*

2645300-14.2008.5.09.0011 - TRT 09ª Região \*

2920100-38.1999.5.09.0013 - TRT 09ª Região \*

1071600-83.2002.5.09.0013 - TRT 09ª Região \*

0312500-73.2004.5.09.0013 - TRT 09ª Região \*

3031500-76.2007.5.09.0013 - TRT 09ª Região \*

2701500-47.1999.5.09.0014 - TRT 09ª Região \*

2270900-40.2001.5.09.0014 - TRT 09ª Região \*

0027100-09.2003.5.09.0014 - TRT 09ª Região \*

0634300-18.2003.5.09.0014 - TRT 09ª Região \*

0857400-18.2003.5.09.0014 - TRT 09ª Região \*

9952300-63.2005.5.09.0014 - TRT 09ª Região \*

2742400-35.2000.5.09.0015 - TRT 09ª Região \*

0984900-98.2002.5.09.0015 - TRT 09ª Região \*

3128700-77.2007.5.09.0015 - TRT 09ª Região \*

2161900-07.1998.5.09.0016 - TRT 09ª Região \*

1662400-47.2009.5.09.0016 - TRT 09ª Região \*

0003700-51.2003.5.09.0018 - TRT 09ª Região \*

0087700-81.2003.5.09.0018 - TRT 09ª Região \*

0196000-06.2004.5.09.0018 - TRT 09ª Região \*

0391900-24.2004.5.09.0018 - TRT 09ª Região \*

0229900-74.2004.5.09.0019 - TRT 09ª Região \*

0230200-36.2004.5.09.0019 - TRT 09ª Região \*

0070400-37.2002.5.09.0020 - TRT 09ª Região \*

0106200-82.2009.5.09.0020 - TRT 09ª Região \*

0350300-43.2006.5.09.0021 - TRT 09ª Região \*

0065800-23.2009.5.09.0021 - TRT 09ª Região \*

0499000-53.2009.5.09.0021 - TRT 09ª Região \*

0000137-59.2011.5.09.0021 - TRT 09ª Região \*

0010700-42.2007.5.09.0025 - TRT 09ª Região \*

0263300-22.2008.5.09.0025 - TRT 09ª Região \*

0159800-03.2009.5.09.0025 - TRT 09ª Região \*

0000354-27.2010.5.09.0025 - TRT 09ª Região \*\*

9957400-91.2006.5.09.0069 - TRT 09ª Região \*

0422200-68.2008.5.09.0069 - TRT 09ª Região \*

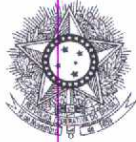
0129500-27.2003.5.09.0071 - TRT 09ª Região \*

9951600-76.2006.5.09.0071 - TRT 09ª Região \*

0438900-16.2008.5.09.0071 - TRT 09ª Região \*

0052301-86.2004.5.09.0072 - TRT 09ª Região \*

0056000-17.2006.5.09.0072 - TRT 09ª Região \*

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0038300-91.2007.5.09.0072 - TRT 09ª Região \*

0087400-15.2007.5.09.0072 - TRT 09ª Região \*

0116700-22.2007.5.09.0072 - TRT 09ª Região \*

0045500-81.2009.5.09.0072 - TRT 09ª Região \*

0001016-10.2011.5.09.0072 - TRT 09ª Região \*

0015400-19.2004.5.09.0073 - TRT 09ª Região \*

0015900-85.2004.5.09.0073 - TRT 09ª Região \*

0016100-92.2004.5.09.0073 - TRT 09ª Região \*

0016300-02.2004.5.09.0073 - TRT 09ª Região \*

0016400-54.2004.5.09.0073 - TRT 09ª Região \*

0016700-16.2004.5.09.0073 - TRT 09ª Região \*

0017400-89.2004.5.09.0073 - TRT 09ª Região \*

0130300-69.2001.5.09.0089 - TRT 09ª Região \*

0041000-28.2003.5.09.0089 - TRT 09ª Região \*

0041500-94.2003.5.09.0089 - TRT 09ª Região \*

0042700-39.2003.5.09.0089 - TRT 09ª Região \*

0047300-06.2003.5.09.0089 - TRT 09ª Região \*

0001615-39.2004.5.09.0089 - TRT 09ª Região \*

0001618-91.2004.5.09.0089 - TRT 09ª Região \*

0026000-51.2004.5.09.0089 - TRT 09ª Região \*

0026200-58.2004.5.09.0089 - TRT 09ª Região \*

0026900-34.2004.5.09.0089 - TRT 09ª Região \*

0027100-41.2004.5.09.0089 - TRT 09ª Região \*

0000643-25.2011.5.09.0089 - TRT 09ª Região \*

0001896-48.2011.5.09.0089 - TRT 09ª Região \*

0020500-22.2009.5.09.0091 - TRT 09ª Região \*\*

0041100-64.2009.5.09.0091 - TRT 09ª Região \*

0150200-51.2009.5.09.0091 - TRT 09ª Região \*

0012200-78.2003.5.09.0092 - TRT 09ª Região \*

0112400-20.2008.5.09.0092 - TRT 09ª Região \*

0017900-25.2009.5.09.0092 - TRT 09ª Região \*

0018500-46.2009.5.09.0092 - TRT 09ª Região \*

0018700-53.2009.5.09.0092 - TRT 09ª Região \*

0018800-08.2009.5.09.0092 - TRT 09ª Região \*

0024900-75.2006.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*

0031900-29.2006.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*

0046700-28.2007.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*

0077301-17.2007.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*

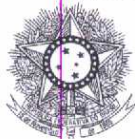
0060600-44.2008.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*

0126200-12.2008.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*

0011300-79.2009.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*

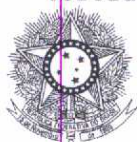
0146200-96.2009.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*



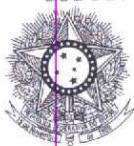
PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0000099-22.2011.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*  
0000469-98.2011.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*  
0001187-95.2011.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*  
0001547-30.2011.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*  
0001551-67.2011.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*  
0001567-21.2011.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*  
0001568-06.2011.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*  
0001571-58.2011.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*  
0001600-11.2011.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*  
0001058-22.2013.5.09.0094 - TRT 09ª Região \*  
0000201-04.2012.5.09.0096 - TRT 09ª Região \*  
0566300-92.2009.5.09.0195 - TRT 09ª Região \*  
0391400-39.2005.5.09.0303 - TRT 09ª Região \*  
0093400-77.2009.5.09.0325 - TRT 09ª Região \*  
0024200-74.2004.5.09.0513 - TRT 09ª Região \*  
0230300-61.2004.5.09.0513 - TRT 09ª Região \*  
0001200-24.2006.5.09.0562 - TRT 09ª Região \*  
0055200-17.2009.5.09.0643 - TRT 09ª Região \*  
0682800-78.2002.5.09.0652 - TRT 09ª Região \*  
0961800-80.2001.5.09.0652 - TRT 09ª Região \*  
1508500-18.2005.5.09.0652 - TRT 09ª Região \*  
1740400-40.2002.5.09.0652 - TRT 09ª Região \*  
0008700-38.2001.5.09.0653 - TRT 09ª Região \*  
0020100-44.2004.5.09.0653 - TRT 09ª Região \*  
0033700-35.2004.5.09.0653 - TRT 09ª Região \*  
0153900-47.1999.5.09.0653 - TRT 09ª Região \*  
0277900-89.2008.5.09.0658 - TRT 09ª Região \*  
0448500-74.2007.5.09.0660 - TRT 09ª Região \*  
0094200-82.2000.5.09.0661 - TRT 09ª Região \*  
0467200-61.2008.5.09.0661 - TRT 09ª Região \*  
0006100-36.2009.5.09.0662 - TRT 09ª Região \*  
0022600-80.2009.5.09.0662 - TRT 09ª Região \*  
0071300-58.2007.5.09.0662 - TRT 09ª Região \*  
0084200-05.2009.5.09.0662 - TRT 09ª Região \*  
0099100-90.2009.5.09.0662 - TRT 09ª Região \*  
0145700-72.2009.5.09.0662 - TRT 09ª Região \*  
0230600-85.2009.5.09.0662 - TRT 09ª Região \*  
0240900-09.2009.5.09.0662 - TRT 09ª Região \*  
0352200-54.2001.5.09.0662 - TRT 09ª Região \*  
0412800-41.2001.5.09.0662 - TRT 09ª Região \*  
0420700-75.2001.5.09.0662 - TRT 09ª Região \*  
0440400-08.1999.5.09.0662 - TRT 09ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0004400-66.2002.5.09.0663 - TRT 09ª Região \*  
0383800-22.2003.5.09.0663 - TRT 09ª Região \*  
0508700-77.2003.5.09.0663 - TRT 09ª Região \*  
0766300-96.2008.5.09.0663 - TRT 09ª Região \*  
0230600-55.2004.5.09.0664 - TRT 09ª Região \*  
0265300-81.2009.5.09.0664 - TRT 09ª Região \*  
0403700-51.2004.5.09.0664 - TRT 09ª Região \*  
0001180-44.2008.5.09.0665 - TRT 09ª Região \*  
0010400-23.2009.5.09.0668 - TRT 09ª Região \*  
0021100-58.2009.5.09.0668 - TRT 09ª Região \*  
0021400-20.2009.5.09.0668 - TRT 09ª Região \*  
0028900-11.2007.5.09.0668 - TRT 09ª Região \*  
0043100-23.2007.5.09.0668 - TRT 09ª Região \*  
0043200-75.2007.5.09.0668 - TRT 09ª Região \*  
0043400-82.2007.5.09.0668 - TRT 09ª Região \*  
0043600-89.2007.5.09.0668 - TRT 09ª Região \*  
0044300-02.2006.5.09.0668 - TRT 09ª Região \*  
0078800-26.2008.5.09.0668 - TRT 09ª Região \*  
0081300-31.2009.5.09.0668 - TRT 09ª Região \*  
0089200-36.2007.5.09.0668 - TRT 09ª Região \*  
0008900-26.2003.5.09.0669 - TRT 09ª Região \*  
0009600-77.2008.5.09.0749 - TRT 09ª Região \*  
0011600-16.2009.5.09.0749 - TRT 09ª Região \*  
0011700-68.2009.5.09.0749 - TRT 09ª Região \*  
0036900-14.2008.5.09.0749 - TRT 09ª Região \*  
0065500-11.2009.5.09.0749 - TRT 09ª Região \*  
0065600-63.2009.5.09.0749 - TRT 09ª Região \*  
0001437-18.2012.5.09.0863 - TRT 09ª Região \*  
0000656-37.2010.5.09.0872 - TRT 09ª Região \*  
0022700-84.2009.5.09.0872 - TRT 09ª Região \*  
0029600-83.2009.5.09.0872 - TRT 09ª Região \*  
0029700-38.2009.5.09.0872 - TRT 09ª Região \*  
0152400-16.2009.5.09.0872 - TRT 09ª Região \*  
0196100-42.2009.5.09.0872 - TRT 09ª Região \*  
0508200-53.2009.5.09.0872 - TRT 09ª Região \*  
0536200-34.2007.5.09.0872 - TRT 09ª Região \*  
0539100-19.2009.5.09.0872 - TRT 09ª Região \*  
0182900-26.2009.5.10.0003 - TRT 10ª Região \*  
0001219-52.2011.5.10.0004 - TRT 10ª Região \*  
0001336-53.2010.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*  
0065900-30.2004.5.12.0001 - TRT 12ª Região \*  
0136900-17.2009.5.12.0001 - TRT 12ª Região \*

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0346700-85.2009.5.12.0001 - TRT 12ª Região \*

0617200-95.2009.5.12.0001 - TRT 12ª Região \*

0236300-10.2000.5.12.0004 - TRT 12ª Região \*

0409800-20.2000.5.12.0004 - TRT 12ª Região \*

0158900-41.2005.5.12.0004 - TRT 12ª Região \*

0500500-32.2006.5.12.0004 - TRT 12ª Região \*\*

0092000-72.2002.5.12.0007 - TRT 12ª Região \*

0257800-50.2005.5.12.0007 - TRT 12ª Região \*

0047700-82.2003.5.12.0009 - TRT 12ª Região \*

0013900-29.2004.5.12.0009 - TRT 12ª Região \*

0020400-41.2000.5.12.0013 - TRT 12ª Região \*

0000400-76.1984.5.12.0014 - TRT 12ª Região \*\*

0211300-12.1999.5.12.0014 - TRT 12ª Região \*

0294600-95.2001.5.12.0014 - TRT 12ª Região \*\*

0876400-15.2006.5.12.0014 - TRT 12ª Região \*\*

0639900-94.2007.5.12.0014 - TRT 12ª Região \*\*

0740900-06.2008.5.12.0014 - TRT 12ª Região \*\*

0407300-33.2009.5.12.0014 - TRT 12ª Região \*

0466000-64.2007.5.12.0016 - TRT 12ª Região \*\*

0241600-08.2000.5.12.0018 - TRT 12ª Região \*\*

0014800-53.2002.5.12.0018 - TRT 12ª Região \*

0502000-91.2006.5.12.0018 - TRT 12ª Região \*

0003624-96.2010.5.12.0018 - TRT 12ª Região \*

0163900-11.2004.5.12.0019 - TRT 12ª Região \*

0712700-94.2001.5.12.0026 - TRT 12ª Região \*

0639400-26.2006.5.12.0026 - TRT 12ª Região \*

0751800-46.2007.5.12.0026 - TRT 12ª Região \*

0609800-52.2009.5.12.0026 - TRT 12ª Região \*

0654100-02.2009.5.12.0026 - TRT 12ª Região \*

0039100-85.1998.5.12.0029 - TRT 12ª Região \*

0000400-20.2010.5.12.0029 - TRT 12ª Região \*

0214400-14.2005.5.12.0030 - TRT 12ª Região \*

0387800-69.2005.5.12.0030 - TRT 12ª Região \*

0003985-65.2010.5.12.0034 - TRT 12ª Região \*

0012600-85.2003.5.12.0035 - TRT 12ª Região \*

0314600-77.2006.5.12.0035 - TRT 12ª Região \*

0394200-45.2009.5.12.0035 - TRT 12ª Região \*

0785300-08.2009.5.12.0035 - TRT 12ª Região \*

0001767-61.2010.5.12.0035 - TRT 12ª Região \*

0003599-32.2010.5.12.0035 - TRT 12ª Região \*

0761900-06.2002.5.12.0036 - TRT 12ª Região \*

0100600-58.2003.5.12.0036 - TRT 12ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0222100-91.2003.5.12.0036 - TRT 12ª Região \*

0706300-87.2008.5.12.0036 - TRT 12ª Região \*\*

0827600-79.2009.5.12.0036 - TRT 12ª Região \*

0681400-86.1998.5.12.0037 - TRT 12ª Região \*

0786500-59.2000.5.12.0037 - TRT 12ª Região \*\*

0008500-81.2003.5.12.0037 - TRT 12ª Região \*

0097800-54.2003.5.12.0037 - TRT 12ª Região \*

0278600-42.2001.5.12.0039 - TRT 12ª Região \*

0037800-79.2008.5.12.0048 - TRT 12ª Região \*

0479500-29.2006.5.12.0051 - TRT 12ª Região \*

0067800-53.2008.5.12.0051 - TRT 12ª Região \*

0353600-65.2008.5.12.0051 - TRT 12ª Região \*\*

0002785-69.2010.5.12.0051 - TRT 12ª Região \*

0161700-46.2006.5.18.0002 - TRT 18ª Região \*\*

0000716-15.2011.5.18.0002 - TRT 18ª Região \*

0166800-42.2007.5.18.0003 - TRT 18ª Região \*

0157600-40.2009.5.18.0003 - TRT 18ª Região \*

0000330-16.2010.5.18.0003 - TRT 18ª Região \*\*

0030000-61.2008.5.18.0006 - TRT 18ª Região \*

0002026-75.2010.5.18.0007 - TRT 18ª Região \*

0090200-79.2009.5.18.0012 - TRT 18ª Região \*

0000591-48.2010.5.18.0013 - TRT 18ª Região \*\*

0010141-53.2013.5.18.0016 - TRT 18ª Região \*

0001691-20.2010.5.20.0001 - TRT 20ª Região \*

0119200-29.2008.5.24.0001 - TRT 24ª Região \*

0064000-34.2008.5.24.0002 - TRT 24ª Região \*

0021900-30.2009.5.24.0002 - TRT 24ª Região \*

0157500-23.2009.5.24.0002 - TRT 24ª Região \*

0000656-11.2010.5.24.0002 - TRT 24ª Região \*

0055300-15.1998.5.24.0004 - TRT 24ª Região \*

0165500-06.2009.5.24.0004 - TRT 24ª Região \*

0098800-31.1998.5.24.0005 - TRT 24ª Região \*

0037600-68.2008.5.24.0006 - TRT 24ª Região \*

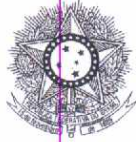
\* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

\*\* Débito com exigibilidade suspensa.

**Total de processos: 479.**

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.



**MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO**

**Estado do Paraná**

CNPJ 01.619.323/0001-20

Av. Remis João Loss, 600 Centro Fernandes Pinheiro - PR - CEP 84.535-000

Fone/fax: (042) 3459-1109

e-mail:licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br

000025

**AVISO DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2014  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2014**

**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO  
**CNPJ:** 01.619.323/0001-20

**CONTRATADO:** OI S/A  
**CNPJ:** 76.535.764/0001-43

**OBJETO:** Aquisição dos serviços de operadora de telefonia fixa e acesso de integração de dados e voz Interlan entre os prédios da Prefeitura Municipal.

**VALOR ESTIMADO PAR AO PERÍODO:** R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

**PERÍODO CONTRATUAL:** de 24/01/2014 A 23/01/2015

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 25, Inciso I, da Lei Federal 8.666/93

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL em 24 de janeiro de 2014.**

  
**OZIEL NEIVERT**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO**  
**AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 006/2014**

**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2014**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2014**

**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO  
**CNPJ:** 01.619.323/0001-20

**CONTRATADO:** COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR  
**CNPJ:** 76.484.013/0001-45

**OBJETO:** Aquisição dos serviços de distribuição de água potável e serviços de saneamento pela empresa Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR para os prédios públicos da Prefeitura Municipal.

**VALOR ESTIMADO PAR AO PERÍODO:** R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)

**PERÍODO CONTRATUAL:** de 24/01/2014 A 23/01/2015

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 25, Inciso I, da Lei Federal 8.666/93

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em 24 de janeiro de 2014.**

**OZIEL NEIVERT**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Yoseph Extoperman Goloiuch  
**Código Identificador:**C43F3E4E

**MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO**  
**AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2014**

**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2014**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2014**

**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO  
**CNPJ:** 01.619.323/0001-20

**CONTRATADO:** OI S/A  
**CNPJ:** 76.535.764/0001-43

**OBJETO:** Aquisição dos serviços de operadora de telefonia fixa e acesso de integração de dados e voz Interlan entre os prédios da Prefeitura Municipal.

**VALOR ESTIMADO PAR AO PERÍODO:** R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

**PERÍODO CONTRATUAL:** de 24/01/2014 A 23/01/2015

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 25, Inciso I, da Lei Federal 8.666/93

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em 24 de janeiro de 2014.**

**OZIEL NEIVERT**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Yoseph Extoperman Goloiuch  
**Código Identificador:**B69D0F6D

**MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO**  
**EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 065/2014**

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando todos os atos pertinentes ao Concurso Público PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS, Edital CP 01 / Nº 01/2009 de 11 de novembro de 2009,

**RESOLVE:**

TORNAR PÚBLICO a convocação/chamamento dos candidatos, a seguir nominados, classificados/aprovados para o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para que compareçam para NOMEAÇÃO/POSSE/COMPROMISSO visando o provimento de duas vagas: ROSSIMARA RIBEIRO BATISTA e ELIAS VASCO. Os convocados deverão, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação deste edital, apresentar-se com a seguinte documentação:

- a) Carteira de Identidade;
- b) CPF;
- c) Documentação e quitação das obrigações militares, se for o caso;
- d) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- e) Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade de exoneração a bem do serviço público;
- f) Declaração negativa de acúmulo de cargos públicos, ou quando for o caso, de acumulação legal;
- g) Laudo médico de aptidão física expedido por profissional credenciado pelo Município;
- h) 01 fotografia 3x4 atualizada;
- i) Título de eleitor e comprovante de votação das últimas eleições;
- j) Carteira de Trabalho;
- k) Cartão do PIS/PASEP;
- l) Certidão de nascimento de dependentes, se houver;
- m) Certidão de casamento, se houver;
- n) Declaração de que não se encontra aposentado em cargo, emprego ou função pública de acumulação proibida com o exercício do novo cargo efetivo (CF/88, Art. 37, XVI e XVII);
- o) Comprovante de residência.
- p) Comprovante de escolaridade.

Os documentos exigidos são indispensáveis para o provimento das vagas mencionadas, podendo ser apresentados por meio de fotocópias, acompanhadas dos originais para conferência da autenticidade.

O não comparecimento no prazo determinado, bem como o não enquadramento nos requisitos exigidos para o preenchimento do cargo ensejará na convocação/chamamento do imediatamente classificado.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro, em 24 de janeiro de 2014.

**OZIEL NEIVERT**  
 Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
 Yoseph Extoperman Goloiuch  
**Código Identificador:**DOCCF81E

**MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO**  
**AVISO DE PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL Nº 008/2014**

**Objeto:** Contratação de instituição(ões) financeira(s) pública ou privada(s) para prestação de serviços de pagamento da folha dos Servidores Municipais Ativos.

**Forma de Julgamento:** Menor Preço por Lote

**Data e horário de Recebimento e Abertura:** dia 17/02/2014, às 13:30 horas.

**Informações:**

Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro  
 Departamento de Compras e Licitações  
 Av. Remis João Loss, nº 600  
 Fernandes Pinheiro - Paraná  
 CEP: 84.535-000  
 Fone/Fax: (42) 3459-1109 - Ramal 218 e 209  
 e-mail: licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br



**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO  
MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO  
DECRETO Nº 165/2013**

Súmula: “Altera a Comissão Permanente de Licitação para atuar no âmbito da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro - Paraná”.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações resultantes da Lei nº. 8.883/94 e da Lei nº. 9.648/98, e demais dispositivos legais aplicados à Licitação,

DECRETA

Art. 1º - Fica designada, pelo período de 01 (um) ano, a Comissão Especial para Abertura e Julgamento das Licitações e Avaliações.

Art. 2º - Integrarão a Comissão a que se refere o artigo anterior, os senhores:

HAYDIANE CRISTINA BORA – Presidente  
ELIAS JOSE MOREIRA  
YOSEPH EXTOPERMAN GOLOIUCH  
OZIEL VAZ FERREIRA

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de 04 de outubro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO**,  
em 04 de outubro de 2013.

**OZIEL NEIVERT**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Yoseph Extoperman Goloiuch  
**Código Identificador:**D113E1D5

---

Matéria publicada no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ no dia  
16/10/2013. Edição 0351

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador  
no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>